



EDIÇÃO 211 AGOSTO 2019

DECISÃO

TJMG antecipa
metade de
benefício da
classe

PÁGINA 4

Juizados
Especiais
serão
aprimorados

PÁGINA 6

Amagis e
AMMP fazem
encontro
literário

PÁGINA 17



Receba informações da Amagis pelo Whatsapp ou Telegram
(31) 99881-4367



Envie-nos uma mensagem solicitando a inclusão na lista



Rua Albita, 194 - Cruzeiro - Belo Horizonte MG CEP 30.310-160

Amagis e TJMG debatem a Previdência com senadores

EDILSON RODRIGUES/AGÊNCIA SENADO



A Amagis e o TJMG, numa parceria inédita com o Ministério Público, a Associação Mineira do Ministério Público, Defensoria Pública, Assembleia Legislativa e Tribunal de Contas, irão se reunir em BH, neste mês, com os três senadores mineiros para apresentar e debater propostas de alterações do texto da reforma da Previdência, no Senado, menos danosas sobre as regras de transição, pensão por morte, aumento da contribuição previdenciária, entre outros.

Associações redirecionam atuação para o Senado Federal

PÁGINA 4

Aposentados serão homenageados

PÁGINA 5

+SAÚDE!

CONSELHO GESTOR RENOVA
CHECK-UP POR MAIS UM ANO

PÁGINA 24

HORA DE CORRIGIR INJUSTIÇAS NA ÚLTIMA BATALHA LEGISLATIVA

POR ALBERTO DINIZ*

“A mobilização, na reta final, começará em casa, onde estabeleceremos parceria inédita com a direção do TJMG, do MPMG, Defensoria, ALMG e do Tribunal de Contas”

A batalha pela previdência mais justa e humana ainda não está totalmente perdida; ao contrário, estamos prontos para a segunda etapa, que tem como palco o Senado Federal. Nessa Casa, ocorrerá o último embate da tramitação legislativa da reforma da previdência, já aprovada na Câmara dos Deputados.

As Associações de Magistrados, entre elas a Amagis, manterão o intenso esforço associativo e irão se reunir com todos os senadores em Minas e em Brasília. A mobilização, nessa reta final, começará em casa, onde estabeleceremos parceria inédita com a direção do TJMG, do Ministério Público de Minas Gerais, da Defensoria Pública, Assembleia Legislativa e do Tribunal de Contas do Estado.

Em defesa dos direitos conquistados historicamente pela Magistratura e demais carreiras jurídicas e do serviço público, todos estarão alinhados por ajustes menos danosos nas regras de transição e nas pensões, além de rejeitar aumento

confiscatório na contribuição previdenciária, entre outros.

O primeiro passo será um encontro com os três senadores mineiros, representantes do Estado, no início deste mês, para que conheçam e discutam as propostas da Magistratura mineira, dos membros do MP, defensores, conselheiros do TCE e dos deputados estaduais nessas questões.

Na primeira etapa, o governo usou todos os instrumentos oficiais de poder para aprovar a reforma na Câmara dos Deputados, desconsiderando, para isso, princípios constitucionais e todas as nossas propostas de ajuste. Por isso, atropelou direitos e afetou conquistas construídas e consagradas, com graves riscos ao serviço e aos servidores públicos.

Estamos, junto às demais Associações da Magistratura e do Ministério Público, debatendo estratégias para minimizar os danos, tanto no âmbito legislativo quanto judicial. Com certeza, já estamos avaliando os aspectos jurídicos da PEC 06/19 e suas possíveis inconstitucionalidades.

Mais do que nunca, precisamos permanecer unidos e focados na atuação desenvolvida até agora. Vamos reforçar a mobilização e enviar mensagens aos senadores mineiros, buscando apoio para as alterações a fim de que o Senado corrija as graves falhas do texto aprovado na Câmara e impeça a consolidação de tantas injustiças e inconstitucionalidades.●

[*] Presidente da Amagis

ÍNDICE



- Associações redirecionam a atuação para batalha no Senado **PÁG 03**
- TJMG antecipa benefício de magistrados mineiros **PÁG 04**
- Homenagem a magistrados aposentados será neste mês **PÁG 05**
- Conselho vai propor avanços aos Juizados Especiais **PÁG 06**
- Violência doméstica tem redução em Divinópolis **PÁG 07**
- Entrevista: Luiz Carlos Rezende e Santos **PÁG 09**
- Presidente vai a audiência sobre ocupações na ALMG **PÁG 10**
- Magistrados homenageiam gestão de Nelson Missias **PÁG 11**
- CNJ discute mudanças na seleção de juizes **PÁG 12**
- Diárias das colônias são reduzidas à metade **PÁG 14**

- Torneio de Tênis da Amagis tem 3ª edição em setembro **PÁG 15**
- MagisCultura será lançada em 1º Encontro Literário **PÁG 17**
- Taxa Selic pode impactar seus investimentos em renda fixa **PÁG 19**
- Mandado de segurança é direito do cidadão **PÁG 20**

+SAÚDE!

- Associação amplia atendimento odontológico aos magistrados **PÁG 22**
- Sono ruim faz mal à saúde **PÁG 23**

PRESIDENTE

Desembargador Alberto Diniz Junior

Vice-presidente Administrativo:

Juiz Luiz Carlos Rezende e Santos

Vice-presidente Financeira:

Juíza Luzia Divina de Paula Peixoto

Vice-presidente de Saúde:

Juíza Rosimere das Graças do Couto

Vice-presidente dos

Aposentados e Pensionistas:

Juíza Marli Maria Braga Andrade

Vice-presidente do Interior:

Juiz Paulo Fernando Naves de Resende

Vice-presidente

Sociocultural-Esportivo:

Juiz Jorge Paulo dos Santos

Diretora-Secretária:

Juíza Ivone Campos Guillarducci Cerqueira

Diretor-Subsecretário:

Juiz Evandro Cangussu Melo

Diretora de Comunicação:

Juíza Cristiana Martins Gualberto Ribeiro



Rua Albita, 194 - Cruzeiro - Belo Horizonte - MG - Telefax: [31] 3079-3499
e-mail: imprensa@amagis.com.br - www.amagis.com.br

Coordenador de Comunicação:

Bruno Gontijo ·
Mtb - MG: 11008

Jornalistas:

Georgia Baçvaroff · Mtb - MG: 08441
Fernanda Marques · Mtb - MG: 12188
Tiago Parrela · Mtb - MG: 14634
Izabela Machado · Mtb - MG: 11210

Projeto Gráfico:

Agência Graffo

Diagramação:

Publicare Design

Pré-impressão/Impressão:

Gráfica e Editora Del Rey

TIRAGEM: 2.300 EXEMPLARES

Associações redirecionam a atuação para batalha no Senado

Amagis, TJMG e parceiros se reúnem com senadores mineiros

FOTOS: AMB



Reunião extraordinária dos presidentes de Associações estaduais de magistrados com a AMB, em Brasília

Após a votação na Câmara dos Deputados, na qual governo e seus aliados aprovaram a reforma da Previdência, as Associações de Magistrados, entre elas a Amagis, redirecionaram a intensa atuação para o Senado Federal com o objetivo de reduzir os danos da proposta oficial sobre direitos adquiridos pela Magistratura e pelas carreiras jurídicas e do serviço público.

Antes do corpo a corpo no Senado, a Amagis irá se reunir com os três senadores mineiros que participarão das votações em comissões e no plenário. Desta vez, em formato diferente e fortalecido pela parceria inédita com a direção do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, do Ministério Público de Minas Gerais, da Associação Mineira do Ministério Público, Defensoria Pública, Assembleia Legislativa e Tribunal de Contas do Estado.

O objetivo é reunir essas instituições com os senadores para apresentar as propostas unificadas de Minas em defesa e garantias das carreiras jurídicas e do serviço público. “Todos estarão alinhados por ajustes menos danosos nas regras de transição e nas pensões, além de rejeitar aumento confiscatório na contribuição previdenciária, entre outros”, adiantou o presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz.

De acordo com ele, o esforço associativo e institucional buscará promover alterações a fim de que “o Senado corrija as graves falhas na Câmara e impeça a consolidação de tantas injustiças e inconstitucionalidades”.

Durante o recesso parlamentar, as Associações mantiveram a mobilização e avaliaram também estratégias no âmbito judicial. “Com certeza, já estamos avaliando os aspectos jurídicos da PEC 06/19 e suas possíveis inconstitucionalidades”, reforçou o presidente Alberto Diniz.

CÂMARA APROVA REFORMA

No dia 10 de julho, o Plenário da Câmara dos Deputados aprovou em primeiro turno a proposta de reforma da Previdência [PEC 6/19]. Foram 379 votos a favor e 131 contra a matéria.

O texto-base aprovado é o substitutivo do deputado Samuel Moreira [PSDB-SP], que aumentou o tempo para se aposentar, limitou o benefício à média de todos

os salários, elevou as alíquotas de contribuição para quem ganha acima do teto do INSS e estabeleceu duras regras de transição.

A reforma ainda reduziu as pensões e prevê também cortes no pagamento em caso de acúmulo de benefícios [pensão mais aposentadoria, por exemplo]. “É inaceitável a drástica redução da pensão por morte, deixando os familiares desprotegidos”, alertou Alberto Diniz. ●

travel4

VESPERATA EM DIAMANTINA

VIAGEM EXCLUSIVA PARA ASSOCIADOS A AMAGIS E CONVIDADOS

04 A 06 DE OUTUBRO
UMA OPORTUNIDADE ÚNICA!

INCLUI

- Transporte em ônibus ou micro-ônibus executivo
- 02 noites de hospedagem com café da manhã, em apto duplo standard
- Refeições conforme o roteiro
- City Tour de meio dia em Diamantina
- Entrada com reserva de mesa para a Vesperata
- Seguro viagem
- Brinde exclusivo Travel4

(31) 3309-9092 / www.travel4.tur.br / CONTATO@TRAVEL4.TUR.BR

TJMG antecipa benefício de magistrados mineiros

Tribunal pagou 50% do décimo terceiro salário em 12 de julho

O TJMG pagou, no dia 12 de julho, 50% do décimo terceiro salário de todos os magistrados e servidores do Judiciário mineiro. A antecipação do benefício já havia sido confirmada ao presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, durante reunião com o presidente do TJMG, desembargador Nelson Missias de Moraes, realizada um dia antes do pagamento.

O presidente da Amagis ressaltou o empenho do presidente do Tribunal para atender às demandas da Magistratura mineira, em um período marcado pela crise econômica que atinge o País, com reflexos financeiros em toda a Federação.

Por meio do diálogo institucional, a Associação tem garantido o cumprimento de direitos da classe, como o reajuste do valor do auxílio-alimentação e o pagamento de férias-prêmio a magistrados da ativa que tinham esse direito. Também foi autorizada, pelo presidente do TJMG, a quitação de valores devidos referentes à Parcela de Equivalência [PAE], de forma isonômica, a magistrados da ativa, aposentados e pensionistas que tenham esse direito reconhecido.

ERIC BEZERRA/TJMG



Sede do TJMG, em Belo Horizonte

Com o propósito de valorizar a Magistratura mineira, em particular a 1ª instância, o presidente Alberto Diniz tem participado das discussões sobre o orçamento do Tribunal, como na reunião do Comitê Gestor Regional e dos comitês orçamentários da Justiça Comum de 1º e 2º graus, realizada no dia 3 de junho.

Os descontos referentes à antecipação dos 50% do décimo terceiro salário serão feitos no pagamento

da segunda parcela.

No dia 19 de julho, o presidente Tribunal autorizou a instalação da 20ª Câmara Cível no Tribunal de Justiça. A Resolução N° 893/2019 foi publicada no Diário do Judiciário Eletrônico do Tribunal, após decisão do Órgão Especial do TJMG. A medida foi tomada em função do elevado número de processos distribuídos entre as Câmaras Cíveis de Direito Privado existentes no Tribunal.●

DE COMARCA EM COMARCA

- Daniel Teodoro Mattos da Silva, que respondia pelo cargo de juiz de Direito Auxiliar Especial de Pedralva, foi promovido, por antiguidade, para o Juizado Especial da Comarca de Pouso Alegre
- José Carlos de Matos foi removido, por merecimento, da 2ª Vara Cível da Comarca de Ipatinga para o Juizado Especial da mesma comarca
- Antônio Fortes de Pádua Neto foi promovido, por merecimento e com permanência, da Vara de Execuções Criminais, da Infância e da Juventude e de Precatórias Criminais da Comarca de Pará de Minas para a 2ª Vara Cível da Comarca de Ipatinga
- Rodrigo Braga Ramos, que respondia pela Vara Criminal de São Domingos do Prata, foi promovido, por antiguidade, para a 2ª Vara Cível da Comarca de Ipatinga
- Maurício Simões Coelho Junior foi removido, por antiguidade, da 1ª Vara Criminal da Comarca de Teófilo Otoni para a Vara de Família e de Sucessões e Ausências da mesma comarca
- Otávio Augusto de Melo Acioli foi promovido, por antiguidade, da 2ª Vara Cível, Criminal e de Execuções Penais da Comarca de São Francisco para a 1ª Vara Criminal da Comarca de Teófilo Otoni
- Thiago Grazziane Gandra, que respondia pela Vara de Execuções Criminais e de Precatórias Criminais de Tarumirim, foi removido, por merecimento, para o cargo de juiz de Direito Auxiliar Especial da Comarca de Sete Lagoas
- Áderson Antônio de Paula foi removido, por merecimento, da Unidade Jurisdicional Única da Comarca de Ponte Nova para a Vara Criminal e da Infância e da Juventude da Comarca de Ouro Preto

Homenagem a magistrados aposentados será neste mês

Foto de Maurício Soares fará parte da galeria de ex-presidentes

“Faremos justiça a todos vocês que construíram, e constroem, a nossa história, nossas conquistas e o que somos hoje”, afirmou o presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, no dia da sua posse, em janeiro, ao assumir o compromisso de defender os interesses dos magistrados aposentados.

Com esse compromisso, a Amagis realizará, no dia 30 deste mês, a homenagem aos magistrados que se aposentaram em 2018. A data será marcada ainda pela inauguração do retrato do desembargador Maurício Soares na galeria de ex-presidente da

Associação, e pela edição do Integramagis do Dia dos Pais.

O reconhecimento da diretoria aos aposentados não é restrito à homenagem. Desde os primeiros dias de sua gestão, o presidente Alberto Diniz tem participado das reuniões da Coordenação de Aposentados da AMB, tendo obtido juntamente com a Associação nacional avanços como o desarquivamento da PEC 63/2013, que institui parcela indenizatória de Valorização por Tempo de Serviço na Magistratura e Ministério Público [VTM].

No plano estadual, o presidente da Amagis tem discutido com o presiden-

te do TJMG, desembargador Nelson Missias de Moraes, a valorização dos magistrados aposentados. Em junho, após gestões da Associação, o Tribunal autorizou a quitação de parcela devida referente à Parcela Autônoma de Equivalência [PAE], de forma isonômica a magistrados da ativa, aposentados e pensionistas que tinham esse direito.

A homenagem aos aposentados será realizada no Parque Esportivo da Amagis, às 19h. Os interessados podem confirmar sua participação e obter mais informações sobre a solenidade pelo telefone (31) 3079-3498 ou pelo e-mail eventos@amagis.com.br.●

RÁPIDAS

● Adriano de Mesquita Carneiro tomou posse, no dia 11 de julho, no cargo de desembargador do TJMG. O magistrado passou a integrar a 11ª Câmara Cível do Tribunal. Com 29 anos de carreira, o magistrado atuou como titular nas Comarcas de Cambu, Visconde do Rio Branco, Três Corações e Belo Horizonte.

● Bruno Teixeira Lino tomou posse, no dia 11 de julho, no cargo de juiz substituto do TRE-MG, na classe juiz de Direito. O magistrado passou a ocupar a vaga aberta com a posse da juíza Cláudia Coimbra como membro efetivo da Corte Eleitoral mineira.

● O desembargador Afrânio Vilela, 1º vice-presidente TJMG, recebeu, nos dias 10 e 12 de julho, respectivamente, o título cidadão honorário da cidade histórica de Ouro Preto e de São Gotardo (Alto Paranaíba). As solenidades foram realizadas nas câmaras municipais de cada comarca.

travel 4

ÁFRICA DO SUL NA SEMANA DA CRIANÇA - UMA VIAGEM EXTRAORDINÁRIA!

A TRAVEL₄ É PARCEIRA DA AMAGIS PARA REALIZAR SEU SONHO EM QUALQUER PARTE DO MUNDO

GRUPO EXCLUSIVO - 11 A 20 DE OUTUBRO

AGENDE
SEU HORÁRIO

www.travel4.tur.br
(31) 3309-9092



Conselho vai propor avanços aos Juizados Especiais

Propostas serão apresentadas ao presidente do Tribunal

Nos próximos meses, o Conselho de Supervisão e Gestão dos Juizados Especiais do TJMG irá apresentar ao presidente do Tribunal, desembargador Nelson Missias de Moraes, minuta de portaria para aprimorar a prestação jurisdicional dos Juizados Especiais, que julga mensalmente uma média de 10 mil processos em Belo Horizonte e aproximadamente 33 mil por mês nas comarcas do interior.

De acordo com o desembargador Gilson Soares Lemes, vice-presidente do Conselho, é preciso que os Juizados Especiais atendam aos princípios da Lei 9.099. “Para garantir o atendimento dos princípios da lei, o Tribunal de Justiça, junto com o Conselho de Supervisão e Gestão dos Juizados Especiais, busca, com o grupo de trabalho composto por desembargadores e juízes, indicados pela Presidência e pela Corregedoria-Geral de Justiça, do interior e da Capital, implementar melhorias no sistema”, observou o magistrado.

MIRNA DE MOURA/TJMG



Reunião do Conselho de Supervisão e Gestão dos Juizados Especiais

Entre as medidas estudadas pelo grupo de trabalho responsável por elaborar as propostas, estão a unificação dos atos normativos do Conselho de Supervisão e Gestão dos Juizados Especiais e a flexibilização para a concessão de estagiários de pós-graduação.

Outra iniciativa que visa ao apr-

moramento dos serviços prestados aos cidadãos pelos Juizados Especiais é a publicação, no segundo semestre deste ano, de edital para a seleção de juízes leigos. A intenção do Conselho de Supervisão e Gestão dos Juizados Especiais é que as propostas apresentadas abranjam todas as unidades jurisdicionais do Estado.●

Especialistas debatem tratamento penitenciário

Seminário sobre o tema foi realizado no Tribunal de Justiça

Restabelecer a comissão nacional de alternativas penais, criação de um fórum interinstitucional de âmbito federal e a formação permanente dos operadores do direito que atuam na execução penal. Essas foram as propostas aprovadas ao final do seminário Tratamento Penitenciário e suas Consequências, realizado pelo TJMG, dos dias 10 a 12 de julho, coordenado pelo juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, vice-presidente Administrativo da Amagis, que representou o presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, na abertura do evento.

Na avaliação de Luiz Carlos, o seminário foi uma oportunidade para discutir e problematizar o tratamento aplicado na pena, com o objetivo de apontar quais medidas são mais

adequadas para reduzir a reincidência e atingir níveis melhores de reiteração criminosa.

O presidente do TJMG, desembargador Nelson Missias, afirmou que o encontro, do qual participaram especialistas do Brasil e da Itália, foi uma oportunidade para magistrados e operadores do direito, por meio da troca de experiências, refletirem sobre o sistema penitenciário brasileiro em busca de alternativas para a questão penitenciária.

A desembargada Áurea Brasil, 2ª vice-presidente do TJMG e superintendente da Ejef, observou que o desafio daqueles que lidam com a execução penal é equilibrar a aplicação da pena com a ressocialização, criando oportunidades para que os apenados possam reconstruir suas trajetórias.●

Violência doméstica tem redução em Divinópolis

Estudo feito por juiz aponta efetividade das medidas protetivas

Em apenas seis dias, uma medida protetiva, em casos de violência doméstica, é proferida em Divinópolis (Centro Oeste de Minas). Essa é uma das iniciativas que, segundo estudo realizado pelo juiz Mauro Riuji Yamane, da 2ª Vara Criminal de Divinópolis, tem contribuído para redução desses crimes na comarca.

De acordo como o magistrado, essa rapidez deve-se à sincronia do trabalho das Polícias Militar e Civil, do Ministério Público e do Poder Judiciário, que oferecem um atendimento imediato às vítimas e procuram agilizar ao máximo o processamento dos pedidos de medida protetivas.

Ouvir o Ministério Público antes de decidir sobre a medida protetiva é outra iniciativa que tem garantido a eficácia no combate à violência doméstica, conforme apontou o estudo realizado pelo juiz Mauro Yamane. Ele destacou ainda a realização de audiências preliminares concentradas como um dos fatores que tem contribuído para a redução desses crimes. “As audiências [sobre violência doméstica] são concentradas e marcadas para um determinado dia da semana, possibilitando que as vítimas estejam juntas, o que cria um fortalecimento entre elas, pois verificam que, apesar de serem muitas, estão sendo atendidas e obtendo amparo judicial”, comentou.

Ao agressor, por meio de intimação, é garantido o direito defender-se da

ARQUIVO PESSOAL



Juiz Mauro Riuji Yamane (C) durante audiência

medida protetiva, assistido por um advogado, garantindo a ele a possibilidade de demonstrar ou não que a decisão possa ter sido injusta. “A matéria a ser discutida não está ligada ao mérito, que será analisada no momento oportuno, mas sim, com relação à liminar e seus efeitos”, disse o magistrado.

No estudo, o magistrado aponta que a aplicação da ‘suspensão protetiva’, uma inovação criada por ele com aplicação na Lei Maria da Penha, também tem contribuído para a redução da violência doméstica em Divinópolis. De acordo com Mauro Yamane, a ‘suspensão protetiva’ consiste na interrupção do processo por no máximo dois anos, mediante a manutenção das medidas protetivas. Ao final desse período, caso não haja o descumprimento das medidas o processo será arquivado.

Caso o agressor viole a medida protetiva, a suspensão do processo é cancelada e o feito tem prosseguimento. Segundo o magistrado, dependendo do ocorrido, o autor poderá até ser preso em flagrante por violação das medidas protetivas. “A ‘suspensão protetiva’ tem sido um sucesso, pois mantém a proteção estatal às vítimas e estabelece a paz social de forma rápida e eficaz”, afirmou Mauro Yamane. Na avaliação do magistrado, o rigor nas prisões flagrante é um dos pontos-chave para o sucesso da aplicação das medidas. Segundo o estudo feito pelo juiz, a partir da dessas iniciativas, houve uma redução de mais de 25% dos pedidos de medidas protetivas na comarca, onde foi registrado apenas um caso de feminicídio no biênio 2017/2018, contra três no biênio anterior. ●

CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO

● **Infância e Juventude**

Período: 12 e 13 de setembro

Inscrições: até 15 de agosto

Local: Rio de Janeiro

Vagas: 100

Carga horária: 20 horas/aula

Inscrições: gratuita para associados à AMB

Informações: enm.org.br

● **Direitos Humanos e**

Fraternidade – O princípio

da fraternidade na prática judicial (Seminário)

Período: 19 de agosto

Inscrições: até 16 de agosto

Local: Brasília

Vagas: 200

Carga horária: 8 horas/aula

Inscrições: gratuita para associados à AMB

Informações: enm.org.br

● **O novo direito militar:**

atualização à luz da Lei 13.491/17

Período: 25 a 27 de setembro

Inscrições: até 20 de agosto

Local: São Paulo

Vagas: 50

Carga horária: 20 horas/aula

Inscrições: gratuita para associados à AMB

Informações: enm.org.br

● **Direito, Internet e Redes Sociais**

Período: 26 e 27 de setembro

Inscrições: até 20 de agosto

Local: Manaus

Vagas: 50

Carga horária: 20 horas/aula

Inscrições: gratuita para associados à AMB

Informações: enm.org.br

Realize LEILÃO com quem é AUTORIDADE no assunto



jonasleiloeiro.com.br



fernandoleiloeiro.com.br



lucastleiloeiro.com.br

ESPECIALISTAS NA REALIZAÇÃO DE LEILÃO ONLINE



Confira Nossa Agenda de Leilões

SEGUNDA-FEIRA
AGOSTO 05



SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO
ARINOS, DIAMANTINA/MG

QUARTA-FEIRA
AGOSTO 07



PARÁ DE MINAS, MANGA
JANUÁRIA, MONTE AZUL/MG

SEGUNDA-FEIRA
AGOSTO 12



SICOOB
SICOOB CREDINOR

TERÇA-FEIRA
AGOSTO 13



LUZ, LAGOA DA PRATA,
ITAUNA, CLÁUDIO, OLIVEIRA/MG

QUARTA-FEIRA
AGOSTO 14



SERRO, SÃO JOÃO DEL REI
ITABIRA, SANTA LUZIA/MG

QUINTA-FEIRA
AGOSTO 15



CEL. FABRICIANO, TIMÓTEO,
MANTENA, CARATINGA/MG

TERÇA-FEIRA
AGOSTO 20



MACHADO, CAMPANHA/MG
CAÇONDE/SP

QUARTA-FEIRA
AGOSTO 21



CURVELO, VIÇOSA, LEOPOLDINA
DIVINO, MURIAE/MG

TERÇA-FEIRA
AGOSTO 27



UBERABA, TUPACIGUARA
MONTE ALEGRE DE MINAS/MG

QUARTA-FEIRA
AGOSTO 28



COROMANDEL, PERDIZES/MG

* Confira a lista completa no site do leiloeiro

37 3242-2218 | 37 9862-5653

leiloesmg@leiloesmg.com.br



GRUPO CRÉDITO

Administração judicial com atuação
em diversas comarcas:

Jacutinga/MG

Carmo do Cajuru/MG

Muzambinho/MG

Pirapora/MG

Passa Quatro/MG

dentre outras...

Luiz Carlos Rezende e Santos



EDUARDO ROCHA

Com 21 anos dedicados à Magistratura mineira, o juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, vice-presidente Administrativo da Amagis, vê a Associação como instrumento fundamental para a união da classe, seja para tirar os magistrados de sua 'ilha' ou no reconhecimento daqueles que, ao construírem suas carreiras, trilharam o caminho para o reconhecimento e fortalecimento da carreira.

O presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, assumiu, como prioridade da gestão, a unidade de magistrados aposentados e da ativa. Quais ações são capazes de fortalecer essa unidade?

A paridade de tratamento é dogma indispensável ao tratamento do magistrado. Daí a importância fundamental do vitaliciamento dos juizes, reconhecido na Constituição Federal. Não se pode olhar para a carreira de juiz apenas a partir do ingresso na Magistratura ou durante somente do período em que ele está na ativa. Para além da vocação, dentre os atrativos que são um incentivo para o ingresso na carreira, estão a certeza de isonomia de salários e o mínimo de distinção e respeito entre os pares. É necessário sempre lembrar que os caminhos trilhados por aqueles que estão na ativa foram abertos por muitos que estão atualmente em gozo de aposentadoria. Isto jamais pode ser esquecido, e é esta unidade que o presidente Alberto Diniz conseguirá fortalecer na sua gestão.

Como o senhor avalia a importância da interlocução com os Três Poderes para o associativismo mineiro?

A Amagis é o instrumento que retira o juiz de sua 'ilha', da solidão do seu trabalho, e lhe dá voz. Muitas vezes, essa voz é impedida por suas obrigações funcionais e em obediência à Lei Orgânica da Magistratura Nacional. A interlocução promovida pela Associação desperta os Três Poderes institucionalmente para a importância da carreira e o respeito às decisões judiciais. Os poderes Legislativo e Executivo, por intermédio desse diálogo, reconhecem e valorizam a Magistratura, construindo políticas públicas necessárias à estruturação da carreira e à defesa do Estado Democrático de Direito.

Quais os próximos passos devem ser dados para impedir perdas com a reforma da Previdência?

O Brasil vive uma grande crise econômica, moral, e social. Parece que querem eleger algumas classes como os verdadeiros vilões das dificuldades, deixando à margem a ausência de políticas públicas que poderiam ter

evitado o drama que estamos. A reforma virá, mas é muito importante defender, de forma intransigente, o direito adquirido e as regras de transição. Também não se pode deixar de lado a motivação da carreira de juiz no Brasil. Estes são os desafios que as Associações defendem, principalmente, nesse momento de mudanças.

A Amagis iniciou sua trajetória com um perfil corporativo. Com o passar do tempo, que outras funções ela assumiu na sociedade?

Ao longo dos anos, uma das principais funções assumidas pela Amagis foi a de formadora de opinião. Atualmente, a sociedade vê na Associação dos magistrados o instrumento de esclarecimento da conduta do juiz e uma proponente de políticas públicas de proteção do Estado Democrático de Direito. Longe ficou o tempo do corporativismo.

Como a Associação pode contribuir para o aprimoramento da Justiça?

A Amagis tem contribuído, e muito, na medida em que representa a realidade e vivência dos magistrados nos debates sobre melhorias no Judiciário. Pois, são os juizes aqueles que estão próximos dos problemas do jurisdicionados, que criam soluções, muitas vezes inimagináveis na lei, na promoção da pacificação social. É essa contribuição fundamental que a Associação tem emprestado a décadas aos formadores de políticas públicas, aprimorando, sobremaneira, a distribuição da Justiça. ●

“É necessário sempre lembrar que os caminhos trilhados por aqueles que estão na ativa foram abertos por muitos que estão atualmente em gozo de aposentadoria”

Presidente vai a audiência sobre ocupações na ALMG

Alberto Diniz defendeu a conciliação para a solução dos conflitos

O presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, participou, no dia 2 de julho, de audiência pública na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) para debater as implicações do Projeto de Lei nº 492/2019, que revoga a Lei 13604, de 28 de junho de 2000, e institui comissão especial para acompanhar os processos de desocupação de áreas invadidas para assentamento rural ou urbano no Estado.

O presidente Alberto Diniz atuou como juiz da Vara de Conflitos Agrários do Estado de Minas Gerais e integrou a coordenação do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania para Demandas Territoriais Urbanas e Rurais e de Grande Repercussão Social. Na audiência, falou sobre conflitos agrários que acompanhou em diferentes regiões do Estado, destacou a importância da conciliação nessas situações e que essa é uma recomendação do Código de Processo Civil.

Foi por meio da conciliação que, em novembro do ano passado, o TJMG celebrou acordo histórico que pôs fim

AMAGIS



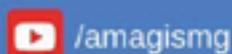
Alberto Diniz durante audiência pública na ALMG

à disputa entre o proprietário da Granja Werneck S.A., o poder público e moradores da Ocupação Izidora, na região Norte da capital mineira, considerada uma das maiores da América Latina. ●

SIGA A AMAGIS NA REDE...

Dia dos Pais

Exemplo e dedicação
são o maior
patrimônio



facebook.com/amagis

twitter.com/amagisMG

instagram.com/amagismg

Magistrados homenageiam gestão de Nelson Missias

Presidente foi reconhecido pelas ações em favor do Judiciário

Ao completar seu primeiro ano de gestão, no dia 3 de julho, o presidente do TJMG, desembargador Nelson Missias de Moraes, recebeu o reconhecimento de magistrados mineiros pelo seu empenho em promover avanços no Poder Judiciário mineiro.

Durante o evento, o presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, disse que o presidente Nelson Missias tem demonstrado dedicação e talento na administração do Judiciário mineiro, fazendo frente às dificuldades econômicas pelas quais passam o País e Minas Gerais neste momento.

“Nelson Missias, além de um magistrado vocacionado, é um grande líder da Magistratura e tem conduzido o TJMG com firmeza e com as melhores práticas de gestão, o que tem permitido o funcionamento normal do Judiciário mineiro e a continuidade do atendimento à população, mesmo em um momento tormentoso pelo qual atravessam Minas e o Brasil”, afirmou o presidente da Amagis. No encontro, Nelson Missias recebeu uma placa reverencial entregue em

AMAGIS



Alberto Diniz, Nelson Missias, Gilson Soares e Octavio Boccalini

nome da Magistratura mineira.

Entre as realizações do TJMG nesse primeiro ano de gestão, estão o Plano de Aceleração de Obras [com mais de 40 em andamento] e a intensificação da implantação do Pje que deverá estar em operação em todas comarcas ainda neste ano. No campo administrativo está a criação do Programa Pontualidade, do Painel de Gestão de Contratos e do Programa Integridade, até então

inédito no Poder Judiciário brasileiro.

Na interlocução com a sociedade, o Tribunal tem dado uma resposta rápida às questões envolvendo a tragédia de Brumadinho, promoveu conciliação na disputa envolvendo a Ocupação Izidora, e mediu o acordo entre o Governo de Minas e a Associação Mineira de Municípios para a quitação de débitos do Executivo estadual com os municípios.●

Colônia de férias da Amagis em Caldas Novas está no  **airbnb**

São 14 apartamentos na maior estância hidrotermal do mundo

Aluguel disponível para associados e não associados. Confira os anúncios em: bit.ly/amagisairbnb

Veja as regras gerais no site da Amagis - seção Colônias de Férias

 **AMAGIS** Associação dos Magistrados Mineiros

www.amagis.com.br



TIAGO PARRELA



TRE-MG - O desembargador Maurício Soares, ex-presidente da Amagis, foi eleito, no dia 22 de julho, para o cargo de juiz substituto classe desembargador do TRE-MG. O presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, acompanhou a votação do Pleno do TJMG. Com 26 anos dedicados à Magistratura, Maurício Soares passou pelas Comarcas de Januária, Nova Serrana, Itambacuri, Abre Campo, Viçosa, Contagem e Belo Horizonte, sendo promovido ao cargo de desembargador em 2015.

CNJ discute mudanças na seleção de juízes

Órgão estuda alteração nos concursos públicos para a Magistratura

Os concursos públicos para ingresso na Magistratura brasileira precisam incorporar, além do conhecimento técnico exigido atualmente, atribuições gerenciais e liderança dos candidatos. Com essa afirmação, o presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Dias Toffoli, abriu audiência pública realizada pelo CNJ, no mês de junho, em Brasília, para debater a atualização da Resolução nº 75/2009, que dispõe sobre concursos públicos para ingresso na carreira da Magistratura em todos os ramos do Poder Judiciário nacional. Participaram da audiência representantes da sociedade civil, da Magistratura brasileira e do meio acadêmico.

De acordo com o ministro, o Poder Judiciário passou a solucionar conflitos políticos, coletivos, sociais e culturais de grande complexidade, e não apenas conflitos entre pessoas, o que justifica a necessidade de se fazer ajustes no processo seletivo de magistrados. "A função judicante está em constante transformação. Talvez, o mais relevante seja prestigiar a lógica e o raciocínio jurídico que demonstrem a real aptidão do candidato para solucionar os conflitos sociais, cada vez mais, complexos, aspectos mais consentâneos à universalização do acesso ao cargo público e não apenas a capacidade ou o conhecimento mnemônico", afirmou Dias Toffoli.

De acordo com o ministro, o Poder Judiciário passou a solucionar conflitos políticos, coletivos, sociais e culturais de grande complexidade, e não apenas conflitos entre pessoas, o que justifica a necessidade de se fazer ajustes no processo seletivo de magistrados. "A função judicante está em constante transformação. Talvez, o mais relevante seja prestigiar a lógica e o raciocínio jurídico que demonstrem a real aptidão do candidato para solucionar os conflitos sociais, cada vez mais, complexos, aspectos mais consentâneos à universalização do acesso ao cargo público e não apenas a capacidade ou o conhecimento mnemônico", afirmou Dias Toffoli.

A resolução foi editada há mais de 10 anos. Desde então, foram realizados inúmeros concursos dos quais se originaram questionamentos concretos. Muitos deles foram submetidos ao STF e ao CNJ. Para a 2ª vice-presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) e superintendente da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef), desembargadora Áurea Maria Brasil Santos Perez, o debate é oportuno. "É louvável a iniciativa do CNJ com vistas a aprimorar os concursos de juízes, considerando a evolução da jurisprudência a respeito das questões práticas relativas aos concursos e à crescente experiência dos órgãos do Poder Judiciário encarregados de realizar os processos seletivos, além das mudanças significativas na sociedade e na própria Magistratura", afirmou a 2ª vice-presidente do TJMG.

Presidente da Comissão Examinadora do Concurso

G. DETTMAR/AGÊNCIA CNJ



Audiência pública no CNJ

A commemorative card for '11 DE AGOSTO DIA DO MAGISTRADO'. It features a golden statue of Lady Justice holding a sword and scales against a blue sky. The text reads: '11 DE AGOSTO DIA DO MAGISTRADO. Uma homenagem da Amagis aos homens e às mulheres que promovem a Justiça e a paz social'. At the bottom, there are logos for AMAGIS and social media links for Facebook, Twitter, and Instagram.

Público para a Magistratura do TJMG [Edital 01/2018], o desembargador Caetano Levi Lopes também avaliou que a resolução deve ser revista. De acordo com ele, em sua redação atual, atribui-se muita importância aos aspectos formais, deixando pouca margem para que a comissão verifique a aptidão do candidato. “Não faz sentido, por exemplo, ter que atribuir nota ao uso do vernáculo em prova oral. Mesmo candidatos mais experientes ficam nervosos e tropeçam nas palavras. Também atribuir nota, ainda na prova oral, à desenvoltura do candidato é outro ponto que deveria ser direcionado à pesquisa mencionada”, observou o magistrado.

AVALIAÇÃO

O aperfeiçoamento, bem como o tempo de duração do estágio probatório de magistrados, e o modelo de avaliação utilizado nos concursos públicos para o cargo de juiz foram apontados como alguns dos critérios que devem ser reavaliados. Para o desembargador Ricardo Couto de Castro, da Escola de Magistratura do Rio de Janeiro [Emerj], é preciso melhorar a cultura de checagem do estágio e, para tanto, o CNJ deveria definir os critérios para avaliação dessa fase, dando diretrizes às escolas.

O conselheiro Aloysio Corrêa da Veiga, presidente da Comissão de Eficiência Operacional e Gestão de Pessoas do CNJ, afirmou que a meta é buscar por juízes mais humanos e voltados para a sociedade. “O magistrado que buscamos não deve ter apenas conhecimento jurídico, mas também vocação. Precisa conhecer a realidade do nosso País e ter um perfil humanista”, ponderou o conselheiro.

O conselheiro disse que a ideia do concurso foi sendo desvirtuada ao longo do tempo, com expansão dos cursos jurídicos que têm colocado no mercado de trabalho bacharéis formalmente aptos para ingressar na Magistratura, mas sem algumas das habilidades necessárias.

O resultado, comentou Corrêa da Veiga, “é que os concursos públicos têm selecionado profissionais treinados para a superação de obstáculos das provas, focados em dedicar-se por anos a fio ao estudo das matérias exigidas, muitas vezes sem a experiência profissional, mesmo de vida para enfrentar a realidade da Magistratura”.

Para o desembargador do TJMG Caetano Levi Lopes, seria de grande

valia que os integrantes da comissão examinadora pudessem avaliar os candidatos por meio de uma entrevista mais extensa. “Frases decoradas e repetidas como ensinadas nos cursinhos tornaram-se lugar comum. Até o modo de andar e os gestos são padronizados. Não é isso que a sociedade espera: autômatos julgando seres humanos”, criticou Caetano Levi.

NOVAS ATRIBUIÇÕES

Na opinião da desembargadora Áurea Brasil, o atual modelo de seleção de magistrados foi, e ainda é, hábil a selecionar candidatos bem preparados para o exercício da função judicante. No entanto, de acordo com a 2ª vice-presidente do Tribunal mineiro, deve ser buscado, sempre, o aperfeiçoamento dos critérios de acesso à carreira, notadamente quanto à possibilidade de aferição da vocação dos candidatos.

“O juiz de hoje tem atribuições que vão muito além de julgar os processos. É gestor de sua unidade judiciária; gestor de processos e de pessoas. Assim, é importante aferir, além de seu conhecimento no âmbito jurídico, suas capacidades cognitivas e aptidões para estabelecer uma boa interação com as pessoas, tanto dentro quanto fora do ambiente de trabalho”, recomendou a magistrada.

O conselheiro do CNJ Valtécio de Oliveira, integrante da Comissão de

Eficiência Operacional e Gestão de Pessoas, chamou a atenção para a falta de experiência dos candidatos aos concursos da Magistratura.

Uma das consequências, apontou, é que o CNJ tem observado o aumento do número de juízes doentes por questões emocionais. “Talvez, exatamente, por ter sido o seu primeiro emprego, eles [alguns jovens juízes] não têm maturidade suficiente e equilíbrio para exercer o cargo. Então, é preciso repensar o recrutamento de magistrados”, avaliou.

A desembargadora Áurea Brasil admitiu que a experiência profissional do candidato e a convivência com a prática do Direito são, sem dúvida, fatores precípuos para o ingresso na carreira, sobretudo diante da complexidade e relevância da função desempenhada por um magistrado. No entanto, ela não vê como problema o fato de muitos juízes serem aprovados tendo, por exemplo, menos de 30 anos de idade.

“O amadurecimento dos candidatos depende de cada um deles e de sua história de vida e, com certeza, o exercício das funções judicantes e as próprias peculiaridades da carreira contribuirão para isso. O exercício do cargo exige equilíbrio, característica não atrelada necessariamente à idade do candidato, mas, certamente, conectada a suas experiências pessoais, profissionais e à compreensão do contexto social, permeado de disparidades e anseios”, afirmou a desembargadora. ●

PERFIS NECESSÁRIOS À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Pesquisa da Universidade Federal do Pará [UFPA], desenvolvida desde 2011 com mais de 30 instituições do Executivo e do Judiciário, apresentada durante a audiência realizada no CNJ, em 10 de junho.

- Condução de mudanças
- Autocrítica
- Marketing institucional
- Comunicação oral
- Inovação
- Empatia
- Flexibilidade
- Autocontrole
- Negociação
- Relacionamento interpessoal
- Gestão de conflitos
- Construção de equipes
- Delegação
- Desenvolvimento de equipe
- Gerenciamento de talentos
- Inspiração de pessoas
- Oferecimento de devolutivas
- Orientação por resultados
- Representação e processo decisório

Diárias das colônias são reduzidas à metade

Desconto de 50% é válido somente para a baixa temporada

Em continuidade das ações que visam dinamizar o uso das unidades sociais da Amagis, a diretoria da Associação deliberou, no dia 2 de julho, pela redução em 50% das diárias das colônias de férias da Associação durante a hospedagem na baixa temporada. O desconto é temporário e é válido para o grupo familiar do magistrado.

Com a medida, as diárias das colônias de Ubatuba (SP) e Cabo Frio (RJ) passam a ter o valor de R\$ 75,00 na baixa temporada, e as de Caldas Novas (GO), Caxambu (Sul de Minas) e Nova Viçosa (BA) irão valer R\$ 60,00 no mesmo período. Esse desconto não é válido para a alta temporada.

Em junho, a diretoria da Associação já havia autorizado a redução em 50% da hospedagem no Centro de Apoio ao Magistrado em Trânsito (CAMT). Com o desconto aplicado por tempo indeterminado, as diárias do CAMT passaram de R\$ 120,00 para R\$ 60,00. O uso das acomodações é permitido aos associados titulares da Amagis ou a pessoas identificadas que estejam sob a responsabilidade deles.

Outra medida adotada pela diretoria da Associação foi

CÁSSIA AFINI



Projeto Tamar é uma das atrações de Ubatuba

disponibilizar aos frequentadores do Parque Esportivo os serviços de massoterapia, manicure e depilação. Os diretores estudam ainda a realização de melhorias no Parque Esportivo, a fim de ampliar as alternativas de descanso e lazer oferecidas aos magistrados e seus familiares. ●

Convênio gera economia na luz

Parceria com empresa de energia fotovoltaica garante desconto

O uso de energia solar pode reduzir a conta de luz em até 90%. Para gerar economia aos seus associados e estimular o uso de fontes energéticas limpas e renováveis, a Amagis firmou convênio com a SLS Energia, es-

pecializada em sistemas de energia fotovoltaica.

Com a parceria, os magistrados filiados à Associação terão descontos de 3% a 7% sobre valor padrão da empresa para os serviços de engenharia e consultoria em

energia solar. Esse benefício é válido para aquisição de produtos referentes à geração própria de energia por meio de fontes alternativas e sustentáveis, para residências e estabelecimentos empresariais.

Como o sistema é to-

talmente automatizado, o usuário não precisa se preocupar em pô-lo em funcionamento. Saiba mais no site slsconsultoria.com.br ou pelo telefone (31) 2303-0574 ou pelo WhatsApp (31) 99130-1888. ●

CONVÊNIOS

● **Technocare Mobilidade e Inclusão**

Desconto de 5% na aquisição de serviços de assistência técnica, manutenção preventiva e corretiva de cadeiras de rodas, higiênicas e de banho, guinchos de transferências e na compra de toda a linha de produtos para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.

Telefone: (31) 3443-2200

Endereço: Rua Piauí, 69, loja 3, Santa Efigênia - BH

Site: technocare.net.br

● **Endure Blindagens**

Blindagens para veículos automotores com desconto de 10% à vista ou parcelamento em até cinco vezes no cartão de crédito.

Telefone: (31) 3097-3000

Endereço: Avenida Canadá, 73, Jardim Canadá - Nova Lima

Site: endureblindagens.com.br

● **Del Rey Editora**

Descontos de 10% na compra de livros

jurídicos feitas no cartão de crédito e boleto, e de 15% nas compras à vista. Obras da editora anterior a 2016 com 50% de desconto e de outras editoras, com 15% de desconto.

Telefones: (31) 3284-3284 ou (31) 3293-8233

Endereço: Rua Goitacazes, 71, lojas 20 a 24, Centro - BH

Site: editoradelrey.com.br

Torneio de Tênis da Amagis tem 3ª edição em setembro

As inscrições são gratuitas e podem ser feitas até 20 de setembro

Em reunião no dia 18 de julho, o presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, o vice-presidente Socio-cultural-Esportivo, juiz Jorge Paulo dos Santos, e a diretora de Esportes Especializados da Amagis, juíza Claudia Helena Batista, aprovaram a realização da 3ª edição do Torneio de Tênis da Amagis – Troféu Juíza Andréa Foureaux Benfica, nos dias 27, 28 e 29 de setembro.

Com inscrições gratuitas, a competição é aberta aos magistrados associados à Amagis, seus cônjuges e filhos. A diretoria da Associação espera, com o torneio, incentivar hábitos saudáveis entre os juízes e desembargadores mineiros, bem como promover a integração de toda a família da Magistratura.

As inscrições para a competição poderão ser feitas até o dia 20 de setembro, pelo e-mail adaosilvabh@gmail.com ou pelo telefone (31) 99691-3579, com Adão Silva. Serão disputas parti-

GEORGIA BAÇVAROFF



Jorge Paulo, Alberto Diniz, Claudia Helena e Carolina Meireles

das nas categorias masculino, feminino e duplas. No ato da inscrição os participantes deverão informar o tamanho da camiseta que será entregue pela organização do torneio.

As partidas serão disputadas nas quadras de saibro das academias Braga Tênis, Open Tênis e CN Tênis, ambas

na Rua Senador Lima Guimarães, 153, no bairro Buritis, em Belo Horizonte. O torneio de tênis recebe o nome da juíza Andréa de Souza Foureaux Benfica, falecida em 2017, que era praticante do esporte e participou da primeira competição realizada pela Amagis, nessa modalidade esportiva. ●

Juízes poderão usar colônias da Associação de juízes do Chile

Amagis aderiu à parceria da AMB com entidade desse país

Com a adesão da Amagis ao convênio de reciprocidade entre a AMB e Associação Nacional de Magistrados (ANM), do Chile, juízes e desembargadores mineiros poderão se hospedar, em breve, em uma das três colônias de férias da instituição daquele país.

A ANM dispõe aos seus associados e, agora, oferecerá aos magistrados mineiros colônias nas cidades de Santiago, Tongoy e Cascadas. Na capital chilena, Santiago, os interessados poderão se hospedar na 'Casa do Juiz', um aparta-

mento com seis quartos.

Tongoy é uma cidade costeira, situada em uma península onde há casas de veraneio. Nessa colônia, a ANM oferece 10 cabanas com capacidade para seis pessoas. Já em Cascadas, um pequeno balneário rodeado por floresta nativa, rios, lagoas e nascentes, a Associação chilena dispõe de sete cabanas para oito pessoas.

As regras para a inscrição dos interessados em se hospedar nessas colônias serão divulgadas no site amagis.com.br. ●

ANM CHILE



Colônia da Associação chilena na cidade Tongoy



BAÚ DE ACORDES

João Gilberto

Tiago Parrela - O músico e compositor João Gilberto faleceu no dia 6 de julho, aos 88 anos de idade. Baiano de Juazeiro, a importância de seu legado para a música brasileira ultrapassa fronteiras. Considerado o criador do gênero da Bossa Nova, e também de projetar a música brasileira no mundo, João Gilberto pode ser considerado um divisor de águas na cultura nacional, devido à grande influência sobre músicos das novas gerações (como Caetano, Gil, Chico, Gal, Novos Baianos, entre outros) e o rei Roberto Carlos, que chegou a imitar João no início da carreira].

Seu primeiro disco veio em 1959, com o álbum "Chega de Saudade", considerado o

marco da Bossa Nova. Diversos críticos e músicos falam de seu legado, ressaltando que João "fez revolução com som e silêncio"; na mesma linha, Caetano Veloso escreveu: "melhor do que o silêncio, só João".

Seu perfeccionismo e a busca por uma sonoridade própria foram duas de suas marcas. "Um Quixote lutando para afinar um universo inevitavelmente desafinado", foi assim que o pesquisador Zuza Homem de Mello definiu João Gilberto.

João era voz e violão e uma escola de samba. Seu jeito de tocar evocava a marcação do tamborim e do surdo na batucada do samba, depurando uma batida própria.

A voz também era uma de suas singularidades, enquanto a intensidade dos cantores dos anos de 1950, era dos grandes cantores do rádio, João mantinha sua voz introspecta, quase tímida. No site youtube pode-se ouvir o primeiro compacto do cantor, gravado em 1952, se surpreendendo com a interpretação dos sambas-canções Quando Ela Sai e Meia Luz, quando imita seu ídolo Orlando Silva.

Em toda sua discografia, autor de pouco mais de uma dúzia de canções, o músico dedicou-se mais à interpretação e recriação de músicas de outros compositores, apresentando obras do repertório antigo e novo em 'nova bossa'. ●

AGENDA CULTURAL

MÚSICA

● NÁ OZZETTI - 40 ANOS DE CARREIRA

Data: 16 de agosto
Horário: 21h
Local: Centro Cultural Minas Tênis Clube
Ingressos: R\$ 50 [inteira] e R\$ 25 [meia]
Informações: centroculturalminastc.com.br

● ELVIS - THE CONCERT

Data: 17 de agosto
Horário: 21h
Local: Centro Cultural Minas Tênis Clube
Ingressos: R\$ 120 [inteira] e R\$ 60 [meia]
Informações: centroculturalminastc.com.br

● RUMORS OF FLEETWOOD MAC

Data: 17 de agosto
Horário: 21h
Local: Palácio das Artes
Ingressos: plateia I, R\$ 300; plateia II, R\$ 260; plateia superior, R\$ 220***
Informações: fcs.mg.gov.br

● ADRIANA CALCANHOTO

Data: 23 de agosto
Horário: 21h
Local: Palácio das Artes
Ingressos: plateia I, R\$ 130; plateia II, R\$ 110; plateia superior, R\$ 80***
Informações: fcs.mg.gov.br

● QUEEN EXTRAVAGANZA

Data: 23 de setembro
Horário: 21h30
Local: Km de Vantagens Hall (BH)
Ingressos: pista/arquibancada lote 1 R\$ 180 [inteira] e R\$ 90 [meia], cadeira setor 2 R\$ 300 [inteira] e R\$ 150 [meia], cadeira setor 1 R\$ 320 [inteira] e R\$ 160 [meia]
Informações: premier.ticketsforfun.com.br

● ALMIR SATER

Data: 28 de setembro
Horário: 22h
Local: Km de Vantagens Hall (BH)
Ingressos: R\$ 70 [inteira], R\$ 35 [meia], R\$ 550 [mesa 1] e R\$ 360 [mesa 2]*
Informações: premier.ticketsforfun.com.br

● CAPITAL INICIAL

Data: 5 de outubro
Horário: 22h
Local: Km de Vantagens Hall (BH)
Ingressos: R\$ 80 [inteira] e R\$ 40 [meia]
Informações: premier.ticketsforfun.com.br

● DIDO

Data: 3 de novembro
Horário: 20h
Local: Km de Vantagens Hall (BH)
Ingressos: cadeira vip R\$ 600 [inteira] e R\$ 300 [meia], cadeira lote 1 R\$ 500 [inteira] e R\$ 250 [meia], arquibancada lote 1 R\$ 350 [inteira] e R\$ 175 [meia], arquibancada lote 3 R\$ 100**
Informações: premier.ticketsforfun.com.br

DANÇA

● GIL - GRUPO CORPO

Data: 27 de agosto a 1º de setembro
Horário: 20h30 dos dias 27 a 31 de agosto e 19h no dia 1º de setembro
Local: Palácio das Artes
Ingressos: plateia I e II R\$ 130 [inteira] e plateia superior: R\$ 100 [inteira]***
Informações: (31) 3236-7400

*As mesas têm quatro lugares.

**Vinculado ao KM de Vantagens.

***As regras sobre o direito a meia entrada estão disponíveis no site fcs.mg.gov.br.

MagisCultura será lançada em 1º Encontro Literário

Evento será promovido pela Amagis em parceria com a AMMP

No dia 22 deste mês, será lançada a 21ª edição da revista MagisCultura Mineira, que neste número faz uma homenagem ao Grupo Corpo. A data também marcará a realização do 1º Encontro Literário da Amagis e da Associação Mineira do Ministério Público (AMMP).

Além de incentivar a produção literária de magistrados e procuradores, o Encontro Literário reforça e expande a relação institucional entre as duas Associações, que são parceiras na atuação em defesa dos interesses de suas respectivas classes, como nas mobilizações contra perdas com a reforma da Previdência.

Durante o encontro, o desembargador aposentado Gutemberg da Motta e Silva, o juiz do TJMMG Fernando Armando Ribeiro, diretor da Escola Judicial Militar, e os procuradores Sérgio Parreiras Abritta e Selma Maria Ribeiro Araújo, realizarão palestra sobre autores e aspectos da literatura.

GRUPO CORPO

Internacionalmente reconhecida, a companhia de dança Grupo Corpo foi criada, em 1975, por Paulo Pederneiras, tendo estreado no ano seguinte com o espetáculo 'Maria, Maria', com canção original assinada por Milton Nascimento. O roteiro dessa apresentação é de Fernando Brant, que também já foi homenageado na MagisCultura, e a coreografia do argentino Oscar Araiz.

Ao longo dessas quatro décadas, o Grupo Corpo estrelou apresentações como Prelúdios, Nazareth, Onqotô, Imã e Sutí Branca, entre outros. A companhia está em cartaz com o espetáculo Gil, que será apresentado em Belo Horizonte, no Palácio das Artes, dos dias 27 de agosto a 1º de setembro. Saiba mais no site fcs.mg.gov.br.

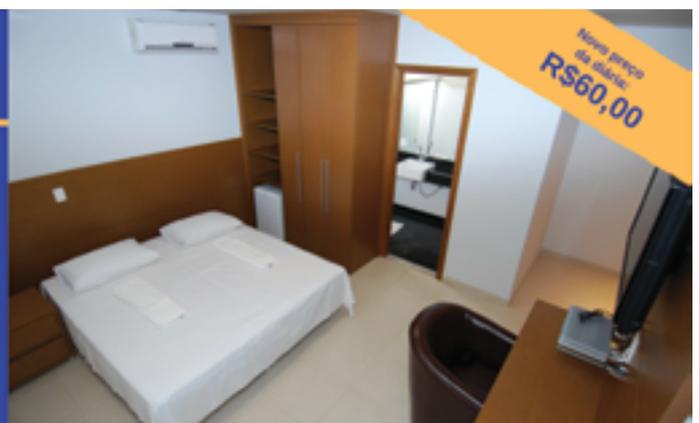


Capa da 21ª edição da revista MagisCultura Mineira

HOSPEDAGEM NO CAMT

O preço das diárias de hospedagem no Centro de Apoio ao Magistrado em Trânsito (CAMT) da Amagis, em Belo Horizonte, foi reduzido pela metade, passando de R\$ 120,00 para R\$ 60,00 por tempo indeterminado por decisão da diretoria.

Mais informações no Deacap: (31) 3079-3461



PENSAMENTO JURÍDICO

Privacidade e acesso à informação

A Lei de Acesso à Informação, que entrou em vigor em 2012, mudou a relação entre Estado e sociedade. Para discutir o assunto, o Pensamento Jurídico conversou com o desembargador José Américo Martins da Costa, da 15ª Câmara Cível do TJMG e autor do livro "Direitos Fundamentais: um déficit de legitimidade do STF no conflito entre a privacidade e o acesso à informação". [Foto]



Mulheres na Magistratura

Segundo o IBGE, as mulheres são quase 52% da população brasileira. Porém, um estudo divulgado pelo CNJ, concluiu que elas são a minoria na Magistratura nacional. Quais os critérios de ingresso, objetivos ou subjetivos? Ainda há desconfiança no trabalho das mulheres? Para comentar o assunto, convidamos a desembargadora Lillian Maciel Santos, da 8ª Câmara Criminal do TJMG.

Direito e política

Como deve ser a convivência entre política e direito? Será que o atual modelo está esgotado? Para esclarecer essas e outras dúvidas, conversamos o juiz João Carneiro Duarte Neto, da 2ª Vara Cível, Criminal e de Execuções Penais de Manga e autor do livro "Direito e Política - Disfuncionalidades sistêmicas", que trata desse complexo tema e da judicialização da política.

Medidas Protetivas

Em maio, foram aprovadas mudanças na Lei Maria da Penha a fim de agilizar medidas de proteção de urgência para a mulher em caso de violência doméstica ou familiar. Para falar sobre esse tema, convidamos o desembargador Dirceu Wallace Baroni, da 8ª Câmara Criminal do TJMG. O que são essas medidas a serem adotadas? Confira essas e outras respostas no Pensamento Jurídico.

TV JUSTIÇA Sexta-feira, às 9h30 [Canais 7, 167, 21 ou 5] - **TV COMUNITÁRIA** Sábado, às 22h [Canais 6 ou 13]

VIA JUSTIÇA

Cartórios Judiciais

A desjudicialização de temas importantes para a vida social aumentou a responsabilidade dos cartórios extrajudiciais em todo o País. Para discutir o assunto, convidamos o desembargador Marcelo Guimarães Rodrigues, da 2ª Câmara Cível do TJMG, e o deputado estadual Roberto Andrade (PSB), ex-presidente da Associação dos Notários e Registradores de Minas Gerais (Anoreg-MG). [Foto]



Lei de Execução Penal

O Via Justiça destacou os 35 anos da Lei de Execução Penal e o projeto para sua reforma que tramita no Congresso Nacional. Qual o balanço que se pode fazer desse período em vigência da Lei de Execução Penal? Para discutir este assunto, convidamos o juiz Antônio Francisco Gonçalves, da Vara de Execuções Penais de Itabirito, e a defensora pública, Camila Reis. Confira!

Criminalização da homofobia

No último mês de junho, o plenário do STF aprovou a criminalização da homofobia por 8 votos a 3. Com isso, a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero será enquadrada na lei do racismo. Para discutir o assunto, convidamos o desembargador Newton Teixeira Carvalho, da 13ª Câmara Cível do TJMG, e a advogada Amanda Melo, vice-presidente da OAB Jovem-MG.

Violência contra pessoas com deficiência

Mais de 11,7 mil pessoas com deficiência sofreram violência em 2018, segundo o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Nossos convidados são a juíza Maria Aparecida Consentino Agostini, do 1º Juizado de Violência Doméstica de Belo Horizonte, e o advogado Thiago Helton Ribeiro, da Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência da OAB/MG.

TV JUSTIÇA Quarta-feira, às 9h30 [Canais 7, 167, 21 ou 5] - **TV ASSEMBLEIA** Sexta-Feira, às 23h [Canais 11, 61.2 ou 35]
TV COMUNITÁRIA Sexta-Feira, às 23h30 [Canais 6 ou 13]

Taxa Selic pode impactar seus investimentos em renda fixa

Brasileiros mantêm quase R\$ 800 bilhões em contas-poupança

A Selic, taxa básica de juros da economia brasileira, é de 6% ao ano atualmente. E há diversas projeções de que ela possa cair até o fim deste ano. O relatório Focus, publicado pelo Banco Central (BC) no fim de julho, e que reúne estatísticas considerando as expectativas de mercado, considera que a previsão média dos especialistas é de que a Selic caia para 5,5% ainda em 2019. A taxa Selic é definida pelo Comitê de Política Monetária (Copom). Algumas previsões são mais agressivas. O Bank of America Merrill Lynch divulgou um relatório, também no fim de julho, intitulado "Brasil - Um mundo totalmente novo", no qual estima uma Selic de 4,75% ainda em 2019 e manutenção desse patamar ao longo de 2020.

Mas como as mudanças desses números podem impactar sua vida financeira? No caso dos investimentos, uma possível diminuição da taxa básica de juros pode comprimir ainda mais os rendimentos dos investimentos em renda fixa, os preferidos dos brasileiros. Modalidades de investimentos como poupança, CDB e Tesouro Direto, só para ficarmos em exemplos mais populares, terão seus rendimentos diminuídos caso haja um novo corte na Selic.

Os brasileiros mantêm atualmente quase R\$ 800 bilhões em contas-poupança, de acordo com dados do BC, sendo o tipo de aplicação mais popular do País. O rendimento da poupança é calculado com base na taxa básica de juros. A regra atual determina que os montantes aplicados em cadernetas de poupança sejam remunerados mensalmente em 70% da Selic, ou seja, 0,37% ao mês atualmente. Caso a taxa de juros caia para 4,75% ao ano, na previsão mais agressiva do Bank of America, a poupança passará a pagar apenas 0,27% ao mês. É claro que os números de inflação também podem mudar, mas se considerarmos a inflação (IPCA-IBGE) dos últimos 12 meses, de 3,37%, o dinheiro na poupança teria um rendimento real negativo de 0,01% ao mês com uma Selic de 4,75%. Manter dinheiro na poupança seria



perder poder de compra.

O Certificado de Depósito Bancários, os populares CDBs, também têm seus rendimentos baseados na Selic. Para remunerar o CDB, os bancos usam como parâmetro um percentual do CDI, que é praticamente o mesmo que a taxa Selic. Os grandes bancos normalmente pagam percentuais mais baixos, como 80% ou 90% do CDI, por exemplo, pois têm mais capacidade de captar dinheiro devido ao grande número de clientes que possuem. Já os bancos médios e pequenos precisam pagar rendimentos mais atrativos, como 110% ou 120% do CDI, por exemplo, para conseguir captar dinheiro.

O fato é que mudanças macroeconômicas, como aumento ou diminuição da taxa Selic, têm impacto direto na vida financeira de praticamente todos os brasileiros. Por isso, é importante acompanhar essas alterações para saber a melhor maneira de preservar e fazer render mais o seu dinheiro. ●



O NUTRIS MERECE O SEU APOIO!

O Nutris, entidade social mantida pela Magistratura mineira e que atende a cerca de 200 crianças de famílias com baixa renda em Belo Horizonte, está ampliando seu espaço físico para receber mais crianças a partir de 2019. Mas, para isso, precisa e merece receber seu apoio e contribuição!

Para saber como ajudar, entre em contato:

No Nutris: (31) 3485-6035 (Falar com Maria Nilza)

Na Amagis: (31) 3079-3471 (Falar com Ariane)



MANDADO DE SEGURANÇA É DIREITO DO CIDADÃO

Recurso impede violação de direito líquido e certo por autoridade pública

LAILSON BRAGA BAETA NEVES*

O mandado de segurança é uma das ações previstas na Constituição do Brasil. Assim, como o habeas corpus que tem por finalidade a garantia do direito de ir e vir, e habeas data, o direito à livre informação, o mandado de segurança tem por fim a garantia do direito líquido e certo violado por conduta [ação ou omissão] de uma autoridade pública.

Entretanto, é importante definir, por exemplo, o que é direito líquido e certo. Direito líquido e certo é o que

ção do mandado de segurança. Por isso, o agente público não responde por meros atos executórios.

Porém, para efeitos do mandado de segurança, consideram-se autoridades públicas, não apenas aquelas propriamente ditas, mas também os administradores ou representantes de autarquias e de entidades paraestatais ou ainda pessoas naturais ou jurídicas com funções delegadas ou enquanto concessionários de serviços de utilidade pública no que concerne a essas funções.

mora [perigo de dano atual ou eminente de impossível ou difícil reparação]. Entendem alguns, tendo em vista o caráter constitucional do processo civil pátrio, bem como pelo princípio do impulso oficial e da relevância do bem jurídico a ser protegido, que, uma vez presentes os requisitos da concessão da liminar, o juiz deve agir de ofício, caso a parte não a tenha requerido.

Embora a lei fale expressamente no descabimento de embargos infringentes, em face do novo CPC, entendo que é cabível a extensão de julgamento, posto que os dois institutos não são confundíveis, já que a natureza do instituto da extensão de julgamento não é recursal, mas apenas um instituto que tem por fim conferir maior segurança jurídica ao provimento jurisdicional proferido em sede recursal.

Não cabe condenação em honorários advocatícios. Cabe apelação

“PARA EFEITOS DO MANDADO DE SEGURANÇA, CONSIDERAM-SE AUTORIDADES PÚBLICAS, NÃO APENAS AQUELAS PROPRIAMENTE DITAS, MAS TAMBÉM OS ADMINISTRADORES OU REPRESENTANTES DE AUTARQUIAS E DE ENTIDADES PARAESTATAIS OU AINDA PESSOAS NATURAIS OU JURÍDICAS COM FUNÇÕES DELEGADAS OU ENQUANTO CONCESSIONÁRIOS DE SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA NO QUE CONCERNE A ESSAS FUNÇÕES”

se apresenta manifesto na sua existência, delimitado na sua extensão e apto a ser exercitado no momento da sua impetração. Ou seja, há de vir expresso em norma legal e trazer em si todos os requisitos e condições de aplicação ao impetrante. É o direito comprovado de plano.

Outro aspecto sobre o qual não deve haver indefinição é quanto à autoridade apontada como coatora. Autoridade Coatora [Autoridade Pública] é a pessoa física investida de poder de decisão dentro da esfera de competência que lhe é atribuída de forma legal.

O que difere a autoridade pública do simples agente público é que o primeiro tem poder de decisão dentro de uma ordem hierárquica, ou seja, é competente para praticar atos administrativos decisórios. Casos tais atos sejam praticados com abuso ou ilegais, dão azo à impetra-

ção do mandado de segurança. Não se deve confundir com atos praticados por pessoas ou instituições particulares, cuja atividade seja autorizada pelo Poder Público, tais como hospitais, instituições financeiras etc. Equiparam-se aos atos, as omissões administrativas das quais possam resultar lesão ou ameaça de lesão ao direito subjetivo da parte.

Outro instituto importante é a liminar, ou seja, o provimento cautelar admitido pela própria lei, quando sejam relevantes os fundamentos da impetração e do ato impugnando possa resultar ineficácia da ordem judicial concedida no final. Para muitos, tem a natureza de tutela antecipatória de urgência, mas como o sistema processual passou a reconhecer a fungibilidade entre a medida cautelar e a antecipação de tutela, tenho que se tornou inócua tal discussão.

Seus requisitos são a relevância dos fundamentos e o *periculum in*

da sentença que julgar o mandado de segurança. Cabe agravo das decisões interlocutórias [sobretudo a decisão sobre a liminar]. Quando à decisão monocrática do relator, cabe agravo ao órgão competente do tribunal.

Das decisões proferidas nos Tribunais em única instância, cabe recurso especial e extraordinário, conforme a lei. Segundo o §4º do artigo 15, o presidente do Tribunal poderá dar efeito suspensivo ao agravo se verificar a plausibilidade do direito e a urgência da medida.

Evidentemente, neste texto, não se busca esgotar o tema que é muito vasto, mas, tão somente, abrir um canal para estudo e discussão sobre esse instrumento constitucional, que tem por fim garantir o cidadão quanto à violação de direito líquido e certo.●

[*] Juiz Convocado na 2ª Câmara Cível do TJMG

BENEFICIÁRIOS AMAGIS SAÚDE TÊM DESCONTO

NAS REDES



DROGASIL

A Amagis Saúde firmou convênio com a rede de drogarias Raia Drogasil. A partir de agora, os usuários do plano de saúde têm descontos especiais. Basta apresentar a carteira da Amagis Saúde no ato da compra.

A PARTIR DE

25%

DE DESCONTO

em medicamentos
genéricos tarjados

A PARTIR DE

15%

DE DESCONTO

em medicamentos
de marca tarjados

Descontos especiais nos itens de higiene pessoal, perfumaria e beleza por meio de ofertas mensais e diárias



Convênio válido para as 1.845 lojas das redes Droga Raia e Drogasil em todo o País.
125 delas são em Minas Gerais



AMAGIS
ASSOCIAÇÃO
DOS MAGISTRADOS
MINEIROS



AMAGIS
Saúde

Associação amplia atendimento odontológico aos magistrados

Medida visa aumentar o atendimento de crianças acima de 5 anos

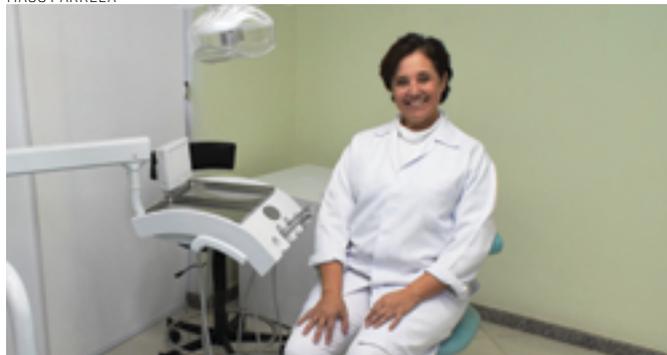
Em função da alta procura do serviço odontológico oferecido aos associados e seus beneficiários, a Amagis ampliou o atendimento realizado na sede da Associação de três para cinco dias, com a contratação da cirurgiã dentista Karla Margareth Perez de Carvalho.

Um dos objetivos fixados pela diretoria da Amagis com a contratação de mais um profissional é aumentar o número de crianças atendidas no serviço odontológico da Associação. O tratamento oferecido aos magistrados e seus beneficiários é o preventivo. "É muito gratificante trabalhar em uma Associação que oferece a seus filiados um tratamento de primeira linha", comentou a dentista.

Karla de Carvalho atende às segundas-feiras, pela manhã, e às quintas-feiras no período da tarde. Nas terças, quartas e sextas, o tratamento continua sendo feito pelo cirurgião dentista Jasilio Vilela Bastos, também em turnos alternados.

Para agendar consultas, o associado deve ligar para o

TIAGO PARRELA



Karla Margareth Perez de Carvalho

telefone (31) 3079-3472. Não são feitas marcações por e-mail. No dia do atendimento, o paciente deverá apresentar sua carteira de identidade. O serviço é gratuito para magistrados filiados à Amagis.●

Amagis Saúde participa de fórum de dirigentes da Unidas no DF

Encontro discutiu os desafios dos planos de autogestão

A Amagis Saúde participou, nos dias 25 e 26 de junho, em Brasília, do 1º Fórum de Dirigentes da União Nacional das Instituições de Auto-gestão em Saúde (Unidas), do qual participaram representantes de planos de saúde que debateram o atual cenário da saúde no Brasil.

Durante o encontro foram abor-

dados temas como a sustentabilidade dos planos de autogestão em saúde e as regras estabelecidas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar [ANS]. Por não terem fins lucrativos essas planos não repassam os custos adicionais das regras da ANS aos seus usuários, e assim acabam sendo onerados com o alto nú-

mero de determinações da agência.

Foram discutidas ainda questões como os desafios do médico-gestor, inovação e transformação digital, e o cumprimento das normas legais e regulamentares. A Amagis Saúde foi representada pela coordenadora do plano, Marina Shizuko, que também é diretora Técnica da Unidas Nacional.●



PRESIDENTE
Desembargador Alberto Diniz Junior

SUPLEMENTO DO PLANO DE SAÚDE DA ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS MINEIROS AMAGIS

DIRETORIA DA AMAGIS SAÚDE:
Vice-presidente de Saúde
Juíza Rosimere das Graças do Couto
Diretor de Saúde
Desembargador Edison Feital Leite
Diretora Financeira
Juíza Flávia Birchal

Conselho Gestor:
Segunda Instância
Geraldo Domingos Coelho
Marco Aurélio Ferenzini

Suplentes
Valéria da Silva Rodrigues Queiroz
Edison Feital Leite
Juizes da Capital
Flávia Birchal de Moura
Kenea Marcia Damato de Moura Gomes
Suplentes
Clayton Rosa de Resende
Guilherme Azeredo Passos
Juizes do Interior
Dalton Soares Negrão
Fábio Torres de Sousa

Suplentes
Marcos Alberto Ferreira
Marcelo Carlos Cândido
Aposentados
Ana Maria de Oliveira Froes
José Maria dos Reis
Suplentes
José Nicolau Masseli
Paulo Mendes Álvares
Ouvidora da Amagis Saúde
Juíza Kenea Márcia Damato de Moura Gomes

Coordenador de Comunicação:
Bruno Gontijo · Mtb - MG: 11008
Jornalistas:
Georgina Baçvaroff · Mtb - MG: 08441
Fernanda Marques · Mtb - MG: 12188
Tiago Parrela · Mtb - MG: 14634
Izabela Machado · Mtb - MG: 11210
Projeto Gráfico: Agência Graffo
Diagramação:
Publicare Design
Pré-impressão/Impressão:
Gráfica e Editora Del Rey

Rua Albita, 194 · Cruzeiro - Belo Horizonte - MG - Telefax: (31) 3079-3499
e-mail: imprensa@amagis.com.br - www.amagis.com.br

Sono ruim faz mal à saúde

É possível dormir bem adotando medidas simples

Imunidade baixa, falta de concentração, perda de memória, descontrole emocional e o aumento do risco de acidentes. Esses são alguns dos problemas que podem ser causados pela privação do sono, conforme observa o psiquiatra Dirceu de Campos Valladares Neto, membro da Academia Americana de Medicina do Sono e da Sociedade Europeia de Pesquisadores do Sono, credenciado à Amagis Saúde.

De acordo como o especialista, dormir bem é importante porque o sono pode afetar o lóbulo frontal. Essa parte do cérebro humano é responsável pela distinção de objetos, fala e linguagem, personalidade, habilidades motoras, atenção e reação a sentimentos. Portanto, a privação do sono pode prejudicar essas funções.

Dirceu Valladares disse que uma boa noite de sono pode variar entre seis a nove horas, observadas as características de cada indivíduo. No entanto, o psiquiatra chama atenção para o fato de que dormir demais, ter um sono acima da média do que é recomendado para cada pessoa, pode ser um indicativo de que algum problema possa estar ocorrendo. "Dormir bem é ter aquele sono que nos deixa muito bem durante

ARQUIVO PESSOAL



Dirceu de Campos Valladares Neto

o dia todo. Acordamos bem, com energia, passamos o dia todo com energia, sem sono após o almoço, mesmo nos finais de semana", afirmou.

O psiquiatra desmistifica a ideia de compensação do sono, quando, por exemplo, a pessoa dorme pouco durante a semana e acredita que vai equilibrar as horas não dormidas nos sábados e domingos. "Você gasta quatro ou cinco dias para começar a recu-

perar as horas de sono perdidas, então isso não faz sentido", comentou.

Entre os hábitos nocivos ao sono, Dirceu Valladares destacou que, hoje, um dos mais comuns é o uso do celular na hora de dormir. Para ele, o uso dos smartphones, com o excesso de informação, causa um encantamento, um estado de mesmerização nas pessoas. A luminosidade dos aparelhos de celular, e de uma forma geral, é outro fator prejudicial ao sono. Segundo o psiquiatra, para se ter uma boa noite de sono, primeiro é necessário definir o tempo de dormir, como, por exemplo, oito horas de sono. É preciso que a pessoa vá para a cama com o objetivo de dormir, pois tudo o que ela faz na cama gera hábitos, como assistir televisão e o uso de celulares, que podem prejudicar o sono. Outro ponto observado por ele é a importância de não levar problemas para a cama, "tornar aquele lugar [quarto de dormir] sagrado", comentou.

Dirceu Valladares disse que é possível ter uma boa noite de sono com o quarto numa temperatura de 18º graus centígrados, usar cortinas blecaute e capas antiácaro nas camas, tomar banho antes de ir deitar, calçar meias para esquentar os pés e pensar em coisas boas na hora de ir dormir. ●

DICAS AMAGIS SAÚDE

Quais os tipos de procedimentos são feitos com autorização prévia?

Internações hospitalares, procedimentos cirúrgicos (inclusive os ambulatoriais), assistência domiciliar, sessões de nutrição, fisioterapia, fonoaudiologia, psicoterapia, terapia ocupacional, ludoterapia, entre outros. Remoção inter-hospitalar, órteses e próteses cirúrgicas, terapias ambulatoriais (hemodiálise, quimioterapia, radioterapia, litotripsia, hemodinâmica, diálise peritoneal) e exames de diagnóstico com valor superior a R\$270,00.

É preciso autorização prévia em casos de urgência ou emergência médica?

Nos casos de comprovada urgência ou emergência médica, o usuário do plano poderá ser atendido sem a guia de autorização de internação e a situação será regularizada pelo prestador de serviço junto à Amagis Saúde, no prazo de dois dias úteis, mediante apresentação do laudo médico.

Como faço para solicitar a autorização prévia?

Para solicitar autorização prévia, é necessário o pedido médico, datado, assinado e carimbado pelo médico solicitante,

contendo a descrição do procedimento que será realizado. Nos casos de internações hospitalares, clínicas ou cirúrgicas, o associado deverá encaminhar ao Setor de Autorização do plano o laudo médico, atestando a necessidade do tratamento ou da realização do procedimento médico. O laudo deverá conter os motivos da internação, com diagnóstico ou hipótese diagnóstica, tipo de tratamento proposto e período estimado de internação, e, quando houver a necessidade de prorrogação do prazo de internação, deverá ser apresentado novo laudo e obtida nova autorização.

Qual o período de validade da autorização prévia?

O pedido médico para a realização dos serviços de saúde tem validade de 90 dias corridos. A autorização para realização de exames, procedimentos médicos e/ou internação tem validade de 30 dias corridos. Após o vencimento, as autorizações deverão ser revalidadas junto ao Amagis Saúde.

➔ Solicite autorização prévia na Amagis Saúde. Rua Albita, nº 194, 6º andar, Bairro Cruzeiro - Belo Horizonte, ou pelos autorizacao@amagis.com.br ou pedido@amagis.com.br, ou ainda, por meio do fax [31] 3223-3683 ou 3079-3484. ●

Conselho renova programa de Check-up até 2020

Iniciativa tem reconhecimento da Magistratura

Em decisão unânime, o Conselho Gestor de Saúde deliberou, em 9 de julho, pela prorrogação do Check-up da Amagis Saúde até setembro de 2020. Com a medida, o programa criado em 2017, e que conta com a aprovação e reconhecimento da Magistratura mineira, segue para o seu terceiro ano de vigência.

Ao defender a prorrogação do programa, o presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, levou em consideração o retorno positivo dado pelos associados em relação ao Check-up. "O Programa Check-Up foi criado na gestão do desembargador Maurício Soares e é uma iniciativa à qual demos continuidade em nossa gestão por se tratar de uma iniciativa de sucesso, que vem recebendo, cada vez mais, adesão dos usuários do plano", afirmou.

Exemplo desse retorno positivo dos magistrados sobre o check-up fica claro na avaliação da juíza Joyce Souza de Paula, da 1ª Vara Cível da Comarca de Ubá, para quem o check-up é uma oportunidade de os usuários do plano colocarem em dia seus exames médi-

TIAGO PARRELA



Reunião do Conselho Gestor de Saúde na sede da Amagis

cos, com a vantagem de poder realizar tudo na mesma data e em um só local, como na clínica Check-up Center.

De acordo com o juiz Pedro Parcekian, da 2ª Vara Cível da Comarca de São João del-Rei, o programa é essencial aos magistrados, que têm uma rotina estressante e é preciso cuidar da saúde. Para ele, que também realizou os procedimentos na clínica Check-up Center, a bateria de exames preventivos pode evitar sur-

presas com alguma complicação de saúde que poderia ser evitada.

Para o desembargador aposentado Jarbas de Carvalho Ladeira Filho, que realiza o check-up da Amagis Saúde anualmente, a renovação do programa é muito positiva. O magistrado, que também realizou os exames na Check-up Center, destacou que a clínica oferece exames praticamente em todas as especialidades. ●

AMAGIS SAÚDE: ATENDIMENTO PESSOAL E HUMANIZADO

Rosângela Corrêa – Atua como assessora da Vice-Presidência de Saúde da Amagis e da Coordenação da Amagis Saúde. Tem, entre outras, a incumbência de manter o cadastro dos associados atualizados, esclarecer dúvidas sobre uso das carteiras de identificação da Amagis Saúde e da Unimed, providenciar a segunda via das carteirinhas e auxiliar o setor de cadastro nas questões referentes aos convênios com a Cabesp e a Caberj. É responsável pela expedição da segunda via do Demonstrativo Anual para Declaração de Imposto de Renda dos associados e da segunda via do Demonstrativo Mensal de Despesas Médicas do Amagis Saúde. Dá suporte às reuniões do Conselho Gestor de Saúde, às pensionistas e na realização do Integramagis.

IZABELA MACHADO



Rosângela Corrêa